

de juros e amortização) e com período de utilização até 30 de Junho de 1972.

Os encargos destes empréstimos serão suportados mediante consignação de receitas com inscrição orçamental das verbas necessárias para os satisfazer, que no caso dos CTT são da sua exclusiva responsabilidade e no dos TLP a garantia é prestada solidariamente pelas duas empresas.

Os CTT deram o seu acordo ao empréstimo a contrair pelos TLP.

Esta autorização é concedida ao abrigo do disposto nos estatutos das mesmas empresas, isto é, para os CTT, o n.º 3 do artigo 37.º do anexo I ao Decreto-Lei n.º 49 368, de 10 de Novembro de 1969, e para os TLP, o n.º 3 do artigo 23.º do anexo ao Decreto-Lei n.º 48 007, de 26 de Outubro de 1967, este último anexo alterado pelo anexo II ao decreto-lei primeiramente citado.

O Secretário de Estado do Tesouro, *João Luis da Costa André*. — O Secretário de Estado das Comunicações e Transportes, *João Maria Leitão de Oliveira Martins*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

Aviso

Por ordem superior se torna público que, segundo comunicação do director-geral da F. A. O., o Governo da República do Senegal depositou, em 25 de Agosto de 1971, o seu instrumento de adesão à Convenção Internacional para a Conservação dos Tumídeos do Atlântico, concluída no Rio de Janeiro em 14 de Maio de 1966.

De harmonia com o disposto no n.º 3 do artigo XIV da Convenção, esta entrou em vigor, em relação ao Senegal, em 25 de Agosto de 1971, data do depósito do respectivo instrumento de adesão.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 10 de Março de 1972. — O Adjunto do Director-Geral, *Luis Alberto de Vasconcelos Góis Fernandes Figueira*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Fazenda

Portaria n.º 163/72

de 22 de Março

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 13.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, conjugado com o artigo 5.º do Decreto n.º 40 712, de 1 de Agosto de 1956, abrir os seguintes créditos especiais em adicional à tabela de despesa extraordinária do orçamento geral em vigor da província de Cabo Verde, tomando como contrapartida o saldo das contas de exercícios findos:

1) Um, da importância de 150 000\$, destinado a ocorrer aos encargos com a reparação de embarcações dos Serviços de Marinha;

2) Um, da importância de 202 700\$, destinado a ocorrer aos encargos com a execução do Regulamento do Arrendamento Rural;

3) Um, da importância de 500 000\$, destinado a ocorrer aos encargos com o restauro de monumentos;

4) Um, da importância de 75 000\$, destinado a ocorrer aos encargos com as comemorações do 4.º centenário da publicação de *Os Lusíadas*.

Pelo Ministro do Ultramar, *Leão Maria Tavares Rosado do Sacramento Monteiro*, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Cabo Verde. — *Sacramento Monteiro*.

Portaria n.º 164/72

de 22 de Março

Considerando o que foi proposto pelo Governo de Macau no sentido de serem reforçadas duas dotações do programa de investimentos do III Plano de Fomento da província para o corrente ano;

Tendo em vista a delegação conferida pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos em 20 de Janeiro de 1970:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos dos artigos 11.º, alínea h), e 13.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, conjugados com o artigo 5.º do Decreto n.º 40 712, de 1 de Agosto de 1956, que o Governo de Macau, tomando como contrapartida o saldo de contas de exercícios findos, abra um crédito especial de 7 600 000\$, para reforço das seguintes verbas da tabela de despesa extraordinária do orçamento geral da província para o ano económico de 1972:

Capítulo 12.º, artigo 287.º «III Plano de Fomento — Programa de execução para 1972»:

6) Energia:

a) Estudos, produção, transporte e distribuição 1 425 000\$00

8) Transportes, comunicações e meteorologia:

a) Transportes rodoviários 6 175 000\$00

7 600 000\$00

Pelo Ministro do Ultramar, *Rui Martins dos Santos*, Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Macau. — *Rui Martins dos Santos*.

Portaria n.º 165/72

de 22 de Março

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 13.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, conjugado com o artigo 5.º do Decreto n.º 40 712, de 1 de Agosto de 1956, abrir um crédito especial da importância de 1 003 800\$, destinado a reforçar a verba do capítulo 12.º, artigo 2906.º, n.º 2, alínea c) «Despesa extraordinária — Outras despesas extraordinárias — Diversos — Despesas com o Corpo de Voluntários», da tabela de despesa extraordinária do orçamento geral da província de Moçambique para o ano económico de 1971, tomando como contrapartida igual importância a sair das disponibilidades da verba do capítulo 4.º, artigo 585.º, n.º 1, alínea a) «Administração geral e fiscalização — Serviços de Saúde e Assistência — Despesas com o pessoal — Remunerações certas